



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006478-36.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Guerino Zambrano**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **GUERINO ZAMBRANO** em face de **BANCO DO BRASIL S/A** (sucessor de Nossa Caixa Nosso Banco). Preliminarmente, pleiteou pelo benefício da justiça gratuita ou, subsidiariamente, pelo diferimento das custas, e requereu a tramitação prioritária do feito nos termos da Lei 10.741/03. No mérito, requereu o pagamento dos valores oriundos da reposição do expurgos inflacionários em relação às contas poupança de nºs **15.012.190-3** (fl. 18) e **15.024.591-2** (fl. 22), em que figura como titular, e da conta poupança nº **14.012.198-1** (fl. 23), de titularidade da Sra. **Gloria Tedesco Zambrano**, esposa do exequente, já falecida (fl. 17), todos referentes ao Plano Verão.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 15/38.

Deferida a tramitação prioritária do feito e o diferimento das custas ao final do processo (fl. 39).

Citado (fl. 44), o banco ofertou Impugnação ao Cumprimento de Sentença (fls. 45/80) e realizou o depósito do valor cobrado (fl. 83). Juntou documentos às fls. 81/105.

Manifestação sobre a Impugnação às fls. 109/112.

Réplica às fls. 116/119.

Feito saneado às fls. 127/128.

Cálculos de liquidação às fls. 132/149.

Ambas as partes se mantiveram inertes e não se manifestaram acerca dos cálculos (fl. 153).

Foi determinada a suspensão do feito (fl. 154), por força da r. Decisão proferida nos autos do REsp n. 1.438.263 – SP.

Certificada a desafetação dos REspns ns. 1.361.799 e 1.438.263 e cancelamento dos Temas 947 e 948, do STJ, procedendo-se o levantamento da suspensão do feito (fl. 167).

Instado a comprovar a inexistência de outras ações visando o recebimento do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mesmo crédito (fl. 167), o exequente se manifestou à fl. 174 e trouxe documentos às fls. 175/177.

A decisão de fl. 179 determinou a juntada da certidão de objeto e pé dos processos nº 1004349-58.2015.8.26.0566, em trâmite perante a 3ª Vara Cível desta comarca, e nº 0015868-57.2009.8.26.0566, em trâmite perante o Juizado Especial Cível local.

Manifestação do exequente à fl. 225, requerendo a desistência da ação com relação à conta poupança nº **15.024.591-2**.

Juntados, pelo exequente, os documentos solicitados (fls. 227/232).

Manifestação do banco executado (fl. 237), concordando com o pedido de desistência da parte exequente.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Fl. 226: Indefiro a desistência.

Trata-se de cumprimento de sentença proposto, visando o recebimento dos valores provenientes da reposição dos expurgos inflacionários em contas poupança, relativas ao Plano Verão de 1989.

Pois bem, afim de se evitar julgamentos e ganhos em duplicidade este juízo vem determinando a comprovação de que o crédito ora buscado não é objeto de nenhuma outra ação, já julgada ou em andamento.

Por mais incrível que isso possa parecer, decorridos quase 03 anos da distribuição deste feito, o autor vem aos autos, após ser provocado por este juízo e ainda após ter informado a inexistência de litispendência (fl. 174), requerer a desistência da ação em relação a uma das contas executadas.

Ao que se observa, a desistência de seu exclusivamente pela comprovação de que o crédito ora buscado em relação à conta poupança de nº 15.024.591-2 já foi objeto da ação nº 1004349-58.2015.8.26.0566 em tramite pela 3ª vara cível local, conforme certidão de objeto e pé de fls. 228/232.

Configurada a litispendência, nos moldes do art. 337, do CPC, que se dá pela simples proposição em duplicidade de demandas idênticas, o que restou configurado no caso concreto.

A parte autora litiga de forma temerária, demonstrando menoscabo para com as partes contrárias e o próprio juízo. Nesse sentido:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sobre o '**dever das partes e procuradores**': "Não é ônus mas dever de probidade e lealdade processual, que deve ser observado pelas partes e seus procuradores. Caso a parte ou seu procurador descumpra o dever de probidade, fica sujeita à sanção repressiva do CPC 16 a 18, independentemente do resultado da demanda. O termo 'parte' deve ser entendido em seu sentido lato, significando todo aquele que participa do processo, incluindo-se o assistente, o opoente, o litisdenunciado, o chamado ao processo (Arruda Alvim, CPCC, II, 122)".

Com isso se impõe a condenação da parte autora em litigância de ma-fé, no moldes do art. 81, do NCPC. No entanto, ao contrário do que já ocorreu em outros casos julgados por este juízo, a responsabilidade aqui é dos patronos.

O que ocorre no presente caso é que os **mesmos patronos** ingressaram com duas ações idênticas, o que não se pode admitir. Assim, fixo a multa por litigância de má-fé, aos patronos do autor, no valor de 10% do valor atualizado da causa e **extingo a ação em relação à conta poupança 15.024.591-2**.

Extinta a execução com relação à conta mencionada supra, resta ainda a análise do feito com relação às contas poupança de nº **15.012.190-3** e **14.012.198-1**.

Pois bem. Discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial, sendo que já foram estipulados os exatos parâmetros a serem obedecidos para a elaboração do cálculo para apuração dos valores devidos, na decisão irrecorrida de fls. 127/128.

Adveio laudo do contador judicial às fls. 132/137 e 144/149, adstrito aos exatos termos dos títulos exequendos e das decisões proferidas nos autos.

As partes se mantiveram inertes e não se manifestaram acerca do laudo (fl. 153). Ademais, não há qualquer motivo para desabonar o trabalho do contador que, conforme já mencionado, realizou o cálculo à contento, observando as determinações judiciais que, aliás, restaram irrecorridas.

Friso apenas que é incabível o acréscimo de valores a título de honorários advocatícios. Entendo que a condenação em honorários advocatícios, na ação principal, coletiva, não recai sobre os cumprimentos de sentenças individuais. Ademais, a teor da Súmula 519, do STJ "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

Assim, o valor dos honorários advocatícios (R\$ 918,28) indicado nos laudos periciais (fls. 137 e 149) não é devido e deverá ser subtraído do cálculo.

Ante todo o exposto, **JULGO EXTINTA A AÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com relação à conta poupança de nº 15.024.591-2**, nos termos do art. 485, inciso V, do NCPC. Ademais, consoante fundamentação supra, reputo os patronos do autor como litigantes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de má-fé com fulcro no artigo 80, inciso V e artigo 81, *caput*, todos insertos no Estatuto Processual Civil, e via de consequência condeno-os a pagar multa de 1% do valor atualizado da causa.

HOMOLOGO OS CÁLCULOS elaborados pelo *expert* às fls. 132/137 e 144/149, observando-se a não incidência dos honorários advocatícios. O cálculo apresentado às fls. 138/143 será desconsiderado diante da extinção do feito com relação à conta poupança objeto daquele laudo, e **REJEITO A IMPUGNAÇÃO**.

As custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte, diante da extinção parcial do feito. O autor pagará aos patronos do banco réu honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor pleiteado em relação à conta poupança objeto da litispendência (R\$ 13.560,88).

Considerando que há depositado nos autos valor suficiente para a satisfação da obrigação pretendida, **JULGO EXTINTO** o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC.

À serventia para que providencie a juntada do extrato de depósito judicial referente à fl. 83, através do Portal de Custas.

Com o trânsito em julgado desta sentença e decorrido o prazo estabelecido pelo provimento 68/2018, do CNJ, expeça-se mandado de levantamento em favor do exequente, com os devidos acréscimos legais, no valor de R\$ 9.182,76, ficando condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003, rateadas.

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do banco executado, ficando condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Intime-se os patronos do autor para pagamento da multa, no importe de 1% sobre o valor atualizado da causa.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa e archive-se definitivamente.

P.I.

São Carlos, 10 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**